

GÊNERO FORA DA GRADE: A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA E A URGÊNCIA DA FORMAÇÃO CRÍTICA PARA A DIVERSIDADE

Alberth Alexander da Silva Pereira ¹
Anderson Vicente da Silva ²
Bruno Ferreira Freire Andrade Lira ³

RESUMO

Esta pesquisa explora o potencial da disciplina de Sociologia no Ensino Médio como um espaço de resistência crítica às temáticas de gênero e diversidade, em um contexto onde o currículo formal, frequentemente influenciado por perspectivas conservadoras, tende a marginalizar essas discussões. Realizada em uma Escola de Referência em Ensino Médio em Paulista - Pernambuco, na região metropolitana de Recife, a investigação adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em autores chave das ciências sociais e educação, como Judith Butler, Guacira Louro e Michael Apple, que concebem o currículo como uma prática cultural capaz de reproduzir desigualdades sociais ou promover transformações emancipatórias. A metodologia centrou-se exclusivamente em observação participante, registrando práticas docentes, interações em sala de aula e materiais curriculares, sem a necessidade de aprovação ética formal, dado o caráter não invasivo da coleta de dados. Os resultados preliminares revelam que, quando ministrada por professores com formação crítica e engajamento político-pedagógico, a Sociologia facilita discussões que desafiam normas naturalizadas de gênero. Os achados destacam a capacidade da disciplina em ampliar o repertório reflexivo dos estudantes, fomentando conscientização sobre interseccionalidades de gênero, raça e classe. No entanto, entraves estruturais, como a limitação da autonomia docente, deficiências na formação inicial e continuada, e a influência de visões conservadoras na comunidade local, impedem a plena efetividade dessas práticas. Conclui-se que a inserção transversal e crítica de debates sobre gênero na Sociologia não apenas enriquece a aprendizagem formal, mas contribui para a formação de sujeitos mais conscientes e engajados socialmente, reforçando a necessidade urgente de reformulações na política educacional brasileira. Essa abordagem evidencia a relevância da disciplina em contextos periféricos, como o Nordeste, para combater desigualdades enraizadas.

Palavras-chave: Sociologia educacional, Gênero e sexualidade, Currículo oculto, Formação docente, Resistência crítica.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco - UPE, alberth.pereira@upe.br;

² Professor orientador: Pós doutor em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, anderson.silva@upe.br.

³ Pós doutor do programa pós graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, bruno.ffalira@upe.br;

A educação no Ensino Médio, como um pilar fundamental da estrutura social brasileira, opera não apenas como transmissora de conhecimentos, mas como um mecanismo de reprodução cultural e ideológica que pode perpetuar ou contestar desigualdades. No contexto específico de Paulista, Pernambuco, uma cidade da região metropolitana de Recife marcada por desigualdades socioeconômicas e influências culturais conservadoras, o currículo formal frequentemente silencia temas como gênero e diversidade, alinhando-se a narrativas hegemônicas que naturalizam opressões (Apple, 2001). Essa realidade é exacerbada por fatores locais, como o impacto de políticas educacionais regionais e a presença de comunidades com fortes tradições patriarcais, o que torna a investigação sobre o papel da Sociologia como espaço de resistência crítica ainda mais pertinente.

Inspirada nas contribuições teóricas de Guacira Louro (2012), que analisa a interseccionalidade de gênero, raça e classe na educação brasileira, e de Judith Butler (2003), que propõe o gênero como uma construção performativa sujeita a contestação, esta pesquisa busca examinar como a Sociologia pode transformar salas de aula em arenas de reflexão crítica. A justificativa implícita reside na crescente demanda por equidade educacional no Brasil, especialmente em regiões como o Nordeste, onde desigualdades de gênero se interseccionam com questões de raça e pobreza, conforme destacado em estudos de bell hooks (1994) sobre pedagogias de engajamento. Os objetivos incluem: analisar as práticas pedagógicas que incorporam debates sobre gênero e diversidade; identificar barreiras estruturais à sua implementação no contexto local; e propor recomendações para uma formação docente mais robusta, alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com ênfase em observação participante para capturar as nuances das interações educacionais. As discussões e resultados revelam tensões entre o currículo oficial e as práticas inovadoras, culminando em conclusões que enfatizam a urgência de reformas. Essa síntese conclusiva do trabalho desenvolvido reforça a importância da Sociologia como ferramenta para a construção de subjetividades emancipatórias, contribuindo para o campo das ciências sociais e educação ao



dialogar com contextos regionais específicos, como o de Pernambuco, e promover uma educação mais inclusiva e transformadora.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, com foco exclusivo em observação participante, o que se justifica pelo caráter não invasivo da coleta de dados, limitando-se ao registro de interações naturais em sala de aula sem intervenção direta ou coleta de informações sensíveis que demandam aprovação ética. Essa escolha metodológica alinha-se a práticas etnográficas comuns em estudos educacionais, como defendido por Freire (1987), que enfatiza a imersão no contexto para entender as dinâmicas sociais. O estudo foi conduzido em uma Escola de Referência em Ensino Médio no município do Paulista, Pernambuco, na região metropolitana de Recife, uma área caracterizada por desafios socioeconômicos, como alta desigualdade e influência de tradições culturais conservadoras, o que enriquece a análise contextual.

A escolha da escola foi facilitada pela participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do Núcleo de Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco (UPE), que proporcionou acesso privilegiado ao ambiente escolar e aos dados, permitindo a imersão desde o início do ano letivo de 2025. A coleta de dados ocorreu entre Março e Setembro de 2025, abrangendo aulas de Sociologia do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio, com registro detalhado em diário de campo. Ferramentas utilizadas incluíram observação sistemática de práticas docentes, interações aluno-professor e materiais didáticos, complementadas por análise documental do currículo oficial, como planos de aula e diretrizes da BNCC.

Não foi necessária aprovação de comitê de ética, uma vez que a pesquisa se restringiu a observações passivas e não envolveu coleta de dados pessoais ou intervenções que pudessem



expor participantes a riscos, conforme práticas éticas em estudos etnográficos (hooks, 1994). O direito de uso de imagens ou relatos foi evitado para minimizar qualquer potencial impacto, garantindo anonimato e confidencialidade. Essa abordagem rigorosa assegura a validade dos achados, permitindo uma análise crítica das práticas educacionais em um contexto real e diversificado.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa é construído a partir de perspectivas das ciências sociais e educação que posicionam o currículo como um campo de disputas ideológicas e culturais. Judith Butler (2003) oferece uma base fundamental ao argumentar que o gênero é uma performance social, reiterada por meio de práticas cotidianas que podem ser desconstruídas em ambientes educacionais. Essa visão é enriquecida por Guacira Louro (2012), que, no contexto brasileiro, analisa como o currículo escolar reproduz desigualdades de gênero e raça, especialmente em regiões mais marginalizadas como onde a escola está localizada, onde tradições patriarcas se interseccionam com desigualdades socioeconômicas. Michael Apple (2001), por sua vez, conceitua o "currículo oculto" como um conjunto de mensagens implícitas que reforçam valores dominantes, servindo como lente para entender as barreiras à inclusão de temas de diversidade.

Paulo Freire (1970) complementa essa discussão ao defender a educação como prática de liberdade, promovendo diálogos que desvelam opressões e fomentam conscientização crítica, o que é particularmente relevante em contextos como o de Paulista, onde a educação pode atuar como agente de transformação social. Estudos mais recentes, como os de Saviani (2015), criticam a fragmentação curricular no Brasil, propondo uma abordagem historicamente crítica que integre gênero como eixo transversal, considerando o impacto de políticas regionais. Essa trajetória teórica não apenas situa o leitor no raciocínio adotado, mas também dialoga com a realidade local, destacando como a Sociologia pode desafiar hegemonias em escolas públicas. Ao expandir essa análise, incorpora-se a perspectiva

de bell hooks (1994), que enfatiza pedagogias inclusivas para vozes marginalizadas, enriquecendo o debate sobre resistência crítica em contextos educacionais brasileiros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da observação participante revelam um panorama complexo, onde a Sociologia emerge como ferramenta potencial para debates críticos, mas enfrenta resistências arraigadas. Nesta seção, foram analisados os acontecimentos principais da observação que foi feita. Nesta seção, foram analisados os acontecimentos principais da observação que foi feita, com base em teorias que iluminam as interseções de poder, gênero e educação, preparando o terreno para uma exploração detalhada de como esses eventos exemplificam as tensões teóricas discutidas. Por exemplo, obras como as de Louro (2012) e Freire (1970) fornecem lentes para entender como a resistência crítica pode emergir em salas de aula, ao passo que estudos mais recentes, como os de Yamamoto (2018), ressaltam a importância de contextualizar esses achados em práticas educacionais reais, destacando a urgência de estratégias pedagógicas que transcendam meras reproduções de discursos dominantes.

1. Gênero e sexualidade como insulto

Um incidente notável envolveu uma aluna que chamou o professor de "viado" durante uma aula, evidenciando preconceitos internalizados e a reprodução de normas heteronormativas. Essa ocorrência ilustra como o currículo oculto, conforme descrito por Apple (2001), opera para reforçar desigualdades de gênero ao permitir que discursos opressivos permeiam o ambiente escolar. Butler (2003) argumenta que o gênero é uma performance social, e eventos como esse revelam como insultos funcionam como atos que reiteram e naturalizam a heteronormatividade, marginalizando identidades não conformes.



Miskolci (2009) observa que a escola é um dos primeiros espaços sociais em que os sujeitos vivenciam a violência de gênero, tornando-se palco para a reprodução e legitimação das hierarquias de sexualidade. Em perspectiva interseccional, Collins e Bilge (2021) lembram que essas práticas não se restringem ao gênero, mas se articulam com dimensões de raça, classe e religião, compondo um sistema complexo de opressões.

Ampliando essa análise, Megg Rayara (2017) em "Diabo em forma de gente" exploram como expressões homofóbicas, como o termo utilizado, são enraizadas em estruturas sociais de discriminação no Brasil. Essa perspectiva complementa Louro (2012), que destaca o silenciamento de sexualidades diversas no currículo. Por outro lado, bell hooks (1994) e Paulo Freire (1970) ressaltam que situações de conflito e opressão também podem se converter em momentos pedagógicos de conscientização. A intervenção docente diante de episódios como esse pode transformar a sala de aula em espaço de problematização crítica, promovendo um processo de reeducação ética e emocional. Nessa perspectiva, o ensino de Sociologia pode assumir papel de resistência, desvelando as estruturas simbólicas que sustentam a violência e incentivando práticas de empatia e diálogo.

2. Gênero como silenciamento

Outro acontecimento central decorreu em uma aula eletiva sobre mitologia grega, onde o professor analisou a criação de Atena para desconstruir construções patriarcais. Especificamente, destacou-se que a narrativa de Atena emergindo da cabeça de Hefesto é uma versão que subordina a deusa a uma origem masculina, ignorando alternativas como a espuma do mar, o que reflete mecanismos de dominação de gênero no senso comum. Essa análise teórica, inspirada em Butler (2003), revela o gênero como uma construção cultural, onde mitos servem para legitimar desigualdades.

bell hooks (1994) complementa essa visão ao enfatizar que a educação deve transgredir normas opressivas, e aqui, a aula atuou como espaço para questionar representações históricas, conforme Louro (2012). Saviani (2015) adiciona que o currículo fragmentado no Brasil falha em integrar tais críticas, permitindo que mitos patriarcais persistam. Essa discussão aprofundada mostra como o evento não apenas amplia o repertório reflexivo dos

estudantes, mas também tensiona o currículo oculto (Apple, 2001), fomentando subjetividades mais equânimes.

Essa aula, ao tensionar discursos tradicionais e propor leituras alternativas, operou uma ruptura simbólica ao permitir que os estudantes percebessem a historicidade das desigualdades de gênero. Como observa Jaqueline Gomes de Jesus (2019), a inclusão de debates sobre diversidade e cidadania no espaço escolar é condição essencial para que a educação se torne efetivamente emancipadora. Assim, o episódio não apenas evidencia a importância de uma abordagem interseccional, mas também demonstra que o currículo pode se tornar instrumento de resistência quando mediado por práticas pedagógicas críticas.

Subseção 3: Barreiras Estruturais e Implicações Teóricas

Os resultados também identificaram entraves, como a limitação da autonomia docente, observada em interações que restringiram debates sobre gênero. Essa barreira, analisada à luz de Apple (2001), ilustra como o currículo como prática cultural reproduz desigualdades, impedindo a efetividade de discussões críticas. Freire (1970) argumenta que tal limitação inviabiliza a educação dialógica, transformando a sala de aula em arena de reprodução ideológica. Expandindo, hooks (1994) e Louro (2012) sugerem que esses obstáculos demandam pedagogias inovadoras, onde incidentes como os observados sirvam para desconstruir hegemonias. Essa análise teórica reforça que, apesar dos desafios, a Sociologia pode promover resistência, contribuindo para debates sobre equidade educacional e a necessidade de formação docente crítica (Gatti, 2018).

Assim, os acontecimentos analisados revelam padrões de resistência e reprodução de desigualdades, corroborando com a literatura que posiciona a educação como campo de disputa. Butler (2003) e Apple (2001) fornecem lentes para entender como eventos cotidianos, como os incidentes de gênero, perpetuam ou contestam normas sociais. Essa discussão aprofundada destaca a relevância da Sociologia em contextos brasileiros, onde desigualdades regionais amplificam tais tensões, e propõe caminhos para uma educação mais inclusiva, inspirada em Freire (1970) e Yamamoto (2018).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

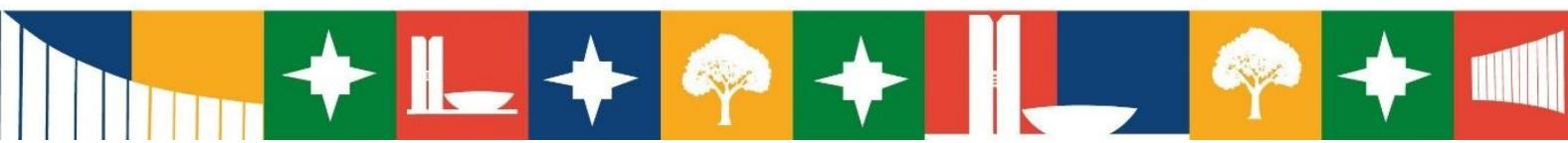
A pesquisa evidenciou que a Sociologia no Ensino Médio de Paulista, Pernambuco, cumpre um papel fundamental na formação crítica dos estudantes, configurando-se como um espaço de resistência diante das desigualdades de gênero e das normas que sustentam o currículo oculto. Ao estimular o debate e a reflexão sobre temas muitas vezes silenciados, a disciplina contribui para o desenvolvimento de uma consciência social mais sensível às diferenças e comprometida com a transformação da realidade.

Os resultados também revelaram o potencial transformador do ensino de Sociologia, sobretudo quando conduzido de forma dialógica e contextualizada, capaz de articular teoria e prática em torno de uma educação libertadora. No entanto, esse potencial ainda encontra limites expressivos, marcados por fragilidades na formação docente, carência de apoio institucional e presença de valores conservadores que restringem a abordagem de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Tais fatores criam tensões constantes entre o desejo de promover o pensamento crítico e as barreiras estruturais impostas pelas políticas e práticas educacionais vigentes.

Diante disso, destaca-se a necessidade de fortalecer a formação de professores e de implementar políticas públicas que garantam maior autonomia pedagógica, incentivo à diversidade e reconhecimento das especificidades regionais. O fortalecimento da Sociologia como disciplina escolar passa, portanto, por um investimento contínuo na valorização docente e na consolidação de uma cultura escolar que reconheça a pluralidade como valor educativo.

Por fim, embora o estudo tenha se concentrado em um único contexto, suas análises indicam caminhos promissores para futuras pesquisas que ampliem o olhar sobre outras realidades e práticas pedagógicas. A Sociologia, ao articular crítica social e reflexão ética, reafirma-se como campo indispensável à formação cidadã e à construção de uma escola mais justa, democrática e acolhedora.

AGRADECIMENTOS





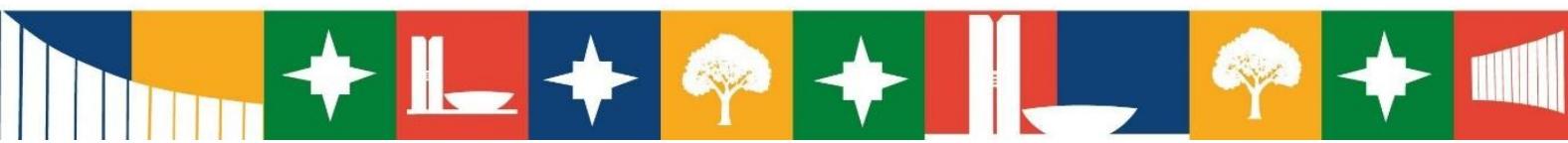
Gostaria de agradecer primeiramente ao professor preceptor do PIBID que também foi meu professor supervisor no estágio obrigatório e mostrou como as aulas de sociologia na educação básica podem ser espetaculares, que é possível mesmo com diversas dificuldades institucionais e ideológicas. Acompanhar suas aulas e a realidade escolar em que está inserido foi crucial para refletir sobre o fazer docente e suas dificuldades, seja questões de definições de horários, desvalorização da Sociologia na escola ou boicotes institucionais.

Nas suas aulas aprendi também sobre diversos temas e autores que não foi possível contemplar na minha época de escola e em diversas disciplinas na graduação, como Simmel, Foucault e Goffman, e isso apenas como temas abordados com sua intencionalidade pedagógica, porque observando sua prática docente é nítido ver a práxis freireana e de bell hooks em todo momento em que pisa dentro de sala e fora dela, seja dando exemplos de alunos “galerosos” que assistem anime ou permitindo abertura para os estudantes desabafarem sobre suas vivências marginalizadas pelo sistema. Serei eternamente grato pelos ensinamentos e espero posteriormente ser seu colega de profissão e colocar um pouco em prática o que aprendi nesses 2 anos lhe acompanhando na escola.

Agradeço à Universidade de Pernambuco (UPE) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) pela oportunidade de vivenciar uma formação docente comprometida com a prática e com a reflexão crítica sobre a educação. A experiência proporcionada pelo programa foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, permitindo a aproximação concreta com o cotidiano escolar e a construção de um olhar mais sensível às realidades e desafios do ensino de Sociologia.

Registro também meu agradecimento ao coordenador de área do PIBID de Ciências Sociais, professor Anderson Vicente, pela orientação atenta, pelas discussões teóricas e metodológicas que enriqueceram este trabalho, e pelo incentivo constante à pesquisa e à prática docente crítica.

Estendo ainda meus agradecimentos aos professores e gestores da escola parceira, que acolheram as atividades com abertura e colaboração, e aos estudantes, cujas participações e reflexões tornaram possível a realização desta investigação. A todos e todas que, de alguma





forma, contribuíram para o amadurecimento desta experiência acadêmica e formativa, meu sincero reconhecimento e gratidão.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 out. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 jul. 2015, Seção 1, p. 8-12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLINS, P, H; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GATTI, B, A. *Formação de professores: condições e problemas atuais*. Revista Brasileira de Educação, v. 23, n. 72, p. 1-20, 2018.
- HOOKS, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.
- JESUS, J, G. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a cidadania LGBT*. Brasília: MEC/SECADI, 2019.
- LOURO, G, L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- MEGG R., *Diabo em forma de gente: (re)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. 1. ed. Curitiba:, 2017.
- MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.



SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

YAMAMOTO, O H. *Educação e diversidade: desafios da prática docente*. São Paulo: Cortez, 2018.

